

TRABALHO DOCENTE RURAL

No Brasil, existem 285.850 docentes que atuam exclusivamente na zona rural e 57.005 que dividem suas tarefas entre as zonas urbana e rural. Num universo de quase dois milhões (1.977.978) de professores que atuam na educação básica, os professores que atuam no campo representam 14,5% dos trabalhadores docentes, sendo que 3% dos professores brasileiros são trabalhadores docentes rurais em tempo parcial (BRASIL, 2009). A distribuição dos professores rurais no território nacional é desigual, pois, conforme as características geográficas, estes representam 30% do total dos professores na região norte do país e apenas 5% na região sudeste.

É conhecida a precariedade das condições de trabalho dos professores rurais, embora seja evidente que esse é um fator importante na progressão do aprendizado dos alunos. Segundo o caderno de subsídios *Referências para uma política nacional de educação do campo* (MEC, 2003), os professores, na área rural, além de baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, enfrentam sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola. Nos últimos anos, no Brasil, o *Programa Escola Ativa* tem sido a principal política visando à melhoria das condições de trabalho e formação dos professores das escolas multisseriadas rurais.

O professor rural frequentemente exerce seu trabalho com escasso apoio da secretaria municipal de educação e encontra-se inserido em equipes fortemente marcadas pela assimetria de poder entre “gestor” e professor (muitas vezes também mulher e/ou camponesa), e pelo autoritarismo. No Brasil, os trabalhadores docentes rurais estão vinculados laboralmente às redes municipais de ensino. Isso os sujeita às vicissitudes da alternância dos grupos políticos nos municípios, o que os coloca em situação de vulnerabilidade laboral. A partir do trabalho de campo com professores rurais, observou-se que os professores têm consciência de suas condições de trabalho e conhecem as exigências que pairam sobre si, contudo, parecem não possuir meios para a busca de soluções conjuntas, já que faltam instâncias de produção coletiva que se inscrevam dentro de uma perspectiva mais democrática (GONÇALVES, 2009). Frequentemente isso faz com que o

professor acabe sendo apenas um receptáculo da política de governo. A participação, nesse contexto, frequentemente é apenas uma diretriz dos documentos reguladores e não se viabiliza na prática. Algumas hipóteses para isso são tradição coronelista, locais de trabalho distantes, a ainda baixa escolarização dos docentes e ausência de sindicatos. No entanto, é importante ter em conta que o trabalhador docente necessitaria condições de maior autonomia para então estimular seus alunos a, também, exercerem-na.

Existe um contraste representado, por um lado, por essa demanda de participação que, muitas vezes, apresenta-se como algo externo, criado pelas propostas e programas que chegam às escolas e municípios e, por outro lado, outra proposta de participação mais endógena que tem ganhado força na década de 90, no Brasil. Experiências progressistas de educação popular têm sistematicamente surgido no meio rural, pela ação de movimentos sociais populares do campo, frequentemente envolvendo os professores e se articulando com eles. Por não reconhecerem no Estado o poder de definir espaços de ação política para os trabalhadores da educação e para os camponeses, esses movimentos ampliam o espaço de ação desses atores, contribuindo para a criação de novas formas de socialização e de experiências inovadoras no âmbito da Educação Popular. A igreja, o MST, experiências visando o fortalecimento da agricultura familiar são exemplos de movimentos do campo que se refletem sobre as expectativas depositadas sobre a educação e, conseqüentemente, sobre o trabalho docente rural.

GUSTAVO BRUNO BICALHO GONÇALVES

BRASIL. Ministério da Educação. *Referências para uma política nacional de educação do campo*: caderno de subsídios. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse do professor 2009*. Brasília: INEP, 2009.

GONÇALVES, G. B. B. *Programa Escola Ativa*: educação do campo e trabalho docente. 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade

Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Rio de Janeiro.